



NEILA FONTENELE

NOVA LEI DO GÁS E SEGURANÇA JURÍDICA

Anova lei do gás, aprovada na Câmara dos Deputados e defendida pelo ministro Paulo Guedes, gerou reação de entidades contrárias e favoráveis à proposta. O projeto tem o objetivo de aumentar a participação de empresas privadas do mercado, estimular a concorrência e reduzir os preços, mas o efeito pode ser o contrário do previsto.

O presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar), Fernando Alfredo Rabello Franco, assinou carta encaminhada ao Senado, alertando sobre a possibilidade de o

projeto gerar insegurança jurídica e falta de investimentos. Na avaliação da Abar, a proposta retira as competências constitucionais privativas dos estados, podendo propiciar até desabastecimento aos consumidores atuais.

Segundo Fernando Rabello Franco, gasodutos de transportes e ramais de fornecimento direto poderão ser federalizados por meio de ato administrativo precário (em afronta ao legislador estadual). Ou seja, os transportadores de gás podem virar verdadeiras distribuidoras federais.

O presidente da Comissão Especial de Energia do Conselho Federal da OAB, Gustavo De Marchi, em entrevista à coluna, defende que qualquer aprimoramento da lei é positivo, mas ressalta que o projeto não delimitou as competências dos estados e da União. "A proposta abre a possibilidade de judicialização do setor. Isso é ruim para qualquer segmento, principalmente para uma área que começa agora", acrescenta.

Apesar desses riscos, entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendem o projeto como medida para o País sair da crise.

PREÇOS
REDUÇÃO DE 50%?

O projeto da lei do gás tem sido vendido para a sociedade como a possibilidade de redução de custos de um insumo básico para empresas e famílias. Gustavo De Marchi considera exagerada essa forma de apresentação da proposta. "Nenhuma lei tem esse poder. É preciso permitir a criação de ambiente, e a lei tem de ser clara e moderna". Na avaliação dele, somente com esse ambiente, é possível a democratização do uso do gás.

Ainda segundo De Marchi, do jeito que o projeto está, fica difícil introduzir uma infraestrutura que permita ao gás ir para o interior do país. Para que isso aconteça, ele ressalta a necessidade de políticas de planejamento, que beneficiem consumidores residenciais e industriais.

SMART CITY LAGUNA

DESCONTOS PARA
SERVIDORES

Os servidores públicos estão no radar dos investidores da Smart City Laguna. Até o dia 31 de outubro, os lotes da cidade inteligente que está sendo construída em São Gonçalo do Amarante terão desconto de R\$ 10 mil e parcelamento mensal a partir de R\$ 399 para os clientes inseridos nessa categoria profissional.

IBEF

DIÁLOGO COM
CANDIDATOS

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Ceará (Ibefe) inicia hoje, às 9 horas, no salão Walter Nogueira, no BSDesign, cafés da manhã com candidatos a prefeito de Fortaleza. O primeiro será o Capitão Wagner.



RÁDIO

O POVO Economia da Rádio O POVO CBN (FM 95.5), a partir das 14 horas, de segunda a sexta.



FACEBOOK

Curta a nossa página: facebook/opovocbn



TV

Você pode assistir ao programa O POVO Economia também através do portal: fdr.org.br/tvopovo

LITORAL OESTE

PRAIAS LOTADAS

O feriadão mostrou mais uma vez a demanda por praias no Ceará. Na região do Cumbuco, reduto do kite surf, parecia não haver nenhum temor em relação ao coronavírus. Embora bares e restaurantes disponibilizassem álcool em gel e funcionários usassem máscaras, nas ruas era uma questão de consciência de cada um, e muitos pareciam esquecer a existência do vírus.

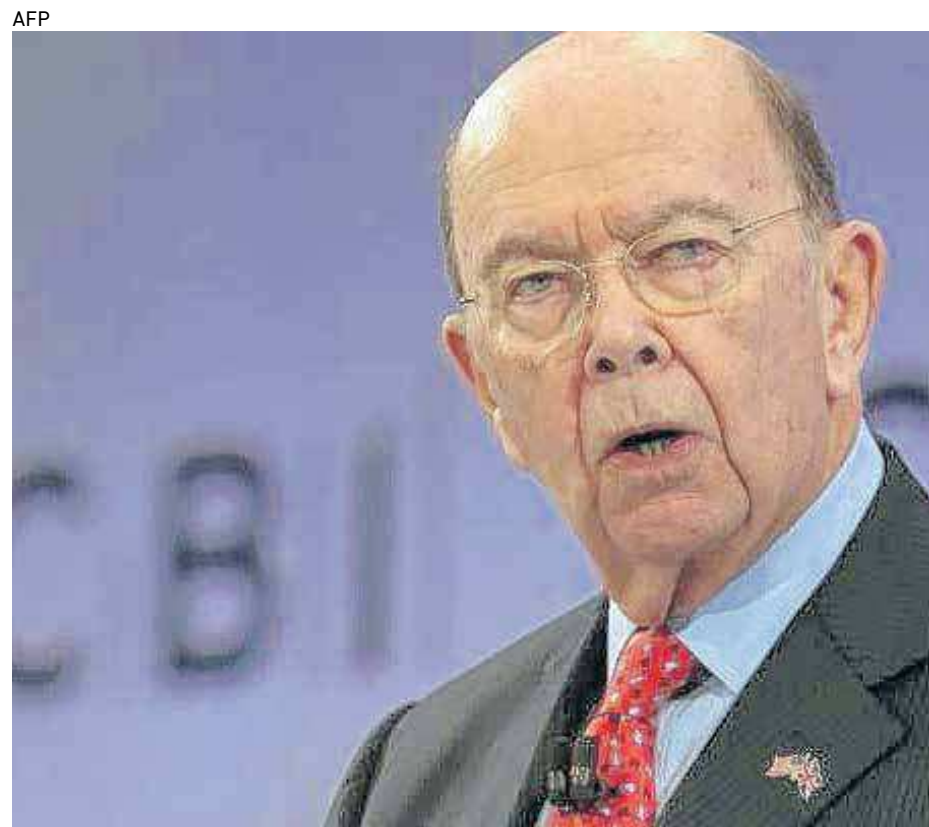
BOLSA

CONSTRUTORAS
EM ALTA

Os papéis de construtoras e incorporadoras voltaram a ser bem apreciados na bolsa de valores. Até o dia nove de outubro, as avaliações de retorno do mercado geraram aquecimento na venda do mercado de capitais. Ações de empresas como a da incorporadora Helbor, por exemplo, subiram 9,87%.

Estados Unidos vão elevar tarifa na importação de alumínio para o Brasil

COMÉRCIO EXTERIOR | A decisão é resultado de um estudo preliminar que concluiu que os 18 países exportariam seus bens a preços inferiores aos valores de mercado



WILBUR ROSS, secretário de Comércio dos Estados Unidos

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, anunciou na a imposição de novas tarifas na importação de folhas de alumínio de 18 países, entre eles Brasil e Alemanha.

Segundo ele, a decisão é resultado de um estudo preliminar que concluiu que os 18 países exportariam seus bens a preços inferiores aos valores de mercado. A prática de dumping estaria prejudicando os produtores norte-americanos. As tarifas já serão aplicadas, mas o parecer final será em fevereiro de 2021.

A tarifa imposta ao Brasil deve pular de 48,33% para 135,63%. Segundo o Departamento de Comércio dos EUA, o país importou US\$ 97 milhões em chapas de alumínio brasileiro no ano passado, do total de US\$ 1,96 bilhão importados dos 18 países. "Esse é o caso mais amplo e abrangente que o departamento apresentou em mais de 20 anos", disse Ross, em entrevista à emissora americana Fox Business.

O Ministério da Economia informou que acompanha o

processo aberto pelas autoridades norte-americanas. Ainda de acordo com a pasta, a decisão dos Estados Unidos foi tomada no contexto de investigação iniciada em 30 de março de 2020.

"O governo brasileiro tem trabalhado em colaboração com os exportadores brasileiros e com a associação setorial, por meio do sistema de apoio ao exportador do Ministério da Economia e do Ministério das Relações Exteriores, para buscar defender os interesses de exportação do Brasil e para

acompanhar a adequação da investigação conduzida pelos EUA às regras multilaterais", diz em nota.

O ministério lembra que medidas antidumping podem ser aplicadas apenas na medida necessária para neutralizar a prática de discriminação de preços. "Na eventualidade de uma medida antidumping ser aplicada de forma definitiva, os exportadores brasileiros poderão solicitar revisões administrativas anuais com vistas a demonstrar a adequação de suas exportações às regras multilaterais, e requerer a devolução dos montantes depositados em garantia."

Também por meio de nota, o presidente executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego, disse que acompanha com preocupação "a escalada de restrições impostas pelos Estados Unidos aos seus parceiros comerciais".

"É um processo que começou com sanções à China e que vem recrudescendo desde então", afirmou ele. O executivo disse ainda que a intenção de impor tarifas aos principais exportadores de chapas de alumínio "é algo nunca visto nas relações de comércio internacional".

"A Abal e suas associadas estão se defendendo nos fóruns adequados. A atitude de estipular taxas antes mesmo de concluída a investigação sobre uma suposta prática de dumping, prejudica enormemente o Brasil, uma vez que os EUA são o principal mercado comprador das nossas chapas de alumínio." (Agência Estado)

Mercado mantém apoio mas se frustra com Bolsonaro

MUDANÇAS

Se ainda tinha esperanças de uma agenda robusta de reformas, austeridade fiscal e privatizações daqui até 2022, o mercado financeiro perdeu de vez as ilusões durante a pandemia. A gota d'água em um copo já cheio de mágoas pelo não cumprimento de promessas de política econômica veio há duas semanas, quando o governo ameaçou dar uma pedalada fiscal para financiar o Renda Cidadã, programa de distribuição de renda que é a atual menina dos olhos do presidente Jair Bolsonaro. Ainda assim, o mercado reluta em desembarcar de vez do governo - seja porque a popularidade do presidente tem até crescido em meio à pandemia, seja pela avaliação de falta de opções, até o momento, para se apostar as fichas nas eleições de 2022.

A avaliação é que itens importantes da agenda econômica devem demorar mais a avançar do que o prometido. No entanto, tanto pela forte posição do presidente quanto pela indefinição de outros nomes com chances eleitorais que defendam um ideário liberal, a estratégia atual do mercado é a de esperar.

Caso decida jogar a austeridade fiscal para o ar, bancos, financeiras e fundos de investimento não devem apenas elevar o volume das críticas. Vão cobrar ainda mais caro para rolar a dívida pública brasileira - deixando o governo enforcado. A falta de confiança deve levar a juros mais altos, inflação e, mais adiante, aprofundar a recessão, segundo avaliação do mercado. (Agência Estado)